



AMAZONAS

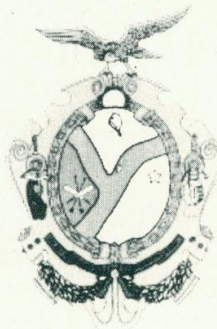
FRONTEIRA PARA O FUTURO



AMAZONAS

FRONTEIRA PARA O FUTURO

MANAUS
1995



ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONINO ARMANDO MENDES
GOVERNADOR

IMPORTÂNCIA GEO-POLÍTICA

Um dos grandes desafios do Brasil nesta passagem de século é a formulação de um programa de desenvolvimento auto-sustentado que permita a integração econômica da Amazônia, sem prejuízo do seu patrimônio ambiental.

O extraordinário potencial de recursos naturais da Amazônia, representado por um imenso estoque de recursos minerais e florestais, 20% da reserva de água doce do planeta e um banco genético de valor incalculável – o maior banco genético do mundo –, é relevante para definir a dimensão econômica e a importância relativa do Brasil no século XXI, desenhando os contornos da função estratégica desta região para o futuro da nação brasileira.

O Estado do Amazonas compartilha naturalmente desse macrocenário de desafios e oportunidades. Ocupa uma área territorial de aproximadamente 1.600 mil km², que corresponde a quase 70% da Amazônia Ocidental e a mais de 30% da Amazônia Brasileira. Situa-se em meio à maior floresta equatorial do planeta e ao emaranhado de rios que compõem a grande bacia hidrográfica do Amazonas, limitando-se com cinco estados brasileiros (Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre) e três países amazônicos (Venezuela, Colômbia e Peru). Detém uma das áreas de fronteira mais extensas do Brasil, o que destaca a importância estratégica de se assegurar o seu desenvolvimento, a fim de fortalecer economicamente a fronteira Norte-Noroeste do nosso país e garantir a soberania nacional, criando uma área de influência geopolítica favorável à integração dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica.



SÍNTESE DA HISTÓRIA ECONÔMICO-SOCIAL

Os núcleos urbanos que hoje constituem a sede dos mais antigos municípios amazonenses, entre eles o município de Manaus, onde se localiza a capital do Amazonas, formaram-se nos primeiros momentos da colonização da Amazônia Brasileira, no século XVII, ao redor de pequenas fortalezas construídas por soldados portugueses e de aldeamentos fundados por missões religiosas que se estabeleceram na calha do rio Amazonas e de seus afluentes principais.

Durante todo esse tempo, a história econômico-social do Amazonas registrou apenas dois momentos de grande importância. O primeiro, baseado no binômio extrativismo – exportação de produtos florestais, limitou-se a pouco mais de 20 anos (do final do século XIX até as vésperas da primeira Guerra Mundial), período em que a borracha, seu principal produto, manteve elevadas cotações de preços no mercado internacional. O segundo iniciou-se em 1967, com a implantação da Zona Franca de Manaus – a experiência de maior sucesso em toda a história do planejamento regional da Amazônia, iniciada em 1912, no Governo Hermes da Fonseca, quando foram instituídas as primeiras medidas para defender a economia da borracha e promover a colonização do "Vale do Amazonas".

A borracha materializou o sonho de enriquecimento rápido de seringalistas e exportadores, legando a Manaus um patrimônio arquitetônico de valor inestimável. A riqueza gerada nos seringais mudou o destino da antiga aldeia que o Forte de São José do Rio Negro fez nascer em 1669, convertendo-a em grande centro de comércio internacional, integrado aos pregões das bolsas de valores de Londres e Nova York. Não fomentou, porém, a



implantação de atividades econômicas nos distantes locais de produção do látex, encravados na densa floresta banhada por grandes rios que desaguam no Amazonas, entre eles o Negro, o Solimões, o Purus, o Madeira, o Juruá, o Jutai, o Javari.

A Zona Franca de Manaus, instituída pelo governo brasileiro há quase 30 anos (Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967), concentrou seus resultados na capital amazonense. Com a sua criação, a cidade de Manaus rompeu mais de 50 anos de estagnação econômica e transformou-se em trepidante centro de comércio e serviços, atraindo fortes contingentes de turistas de outras regiões brasileiras, motivados pela possibilidade de comprar produtos cuja importação era proibida no restante do território nacional. A marca mais forte da Zona Franca de Manaus viria a ser, porém, o seu parque industrial, onde estão implantadas cerca de 600 indústrias que em 1994 registraram um faturamento de cerca de US\$ 8,6 bilhões, gerando mais de 60 mil empregos diretos. Esse parque industrial viabiliza a terceirização de diversos segmentos produtivos, principalmente transporte, alimentação e segurança, fomentando inclusive o surgimento de micro e pequenas empresas que mantêm cerca de 10 mil postos de trabalho.

A estrutura produtiva do Amazonas transita, atualmente, entre dois estágios muito diferentes: a economia industrial da Zona Franca de Manaus, fundamentada em capital e tecnologia, mas ainda não consolidada, e a frágil economia extrativista dos municípios do interior, carente de capital, de tecnologia e de recursos humanos. Devido a falta de atividade econômica no interior, a Zona Franca tornou-se também um pólo de atração de fortes correntes migratórias dos municípios para a capital amazonense. Esse efeito



negativo deverá, contudo, ser neutralizado, na medida em que se criarem alternativas econômicas que propiciem a fixação do homem interiorano em seu lugar de origem.



produtiva no interior do estado, reduzindo os desequilíbrios espaciais e setoriais da economia. A implementação dessas diretrizes pressupõe algumas condicionantes estrategicamente importantes para ampliar os ativos sociais e dar competitividade à economia, consolidando as bases do desenvolvimento integrado do Amazonas:

- Aporte de capitais e de alta tecnologia (inclusive biotecnologia e minerotecnologia).
- Produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico.
- Desenvolvimento de recursos humanos, com máximo incentivo à especialização.
- Utilização seletiva e racional do potencial de recursos naturais locais.

Para implementar essa política desenvolvimentista, o Governo do Amazonas dividiu o território estadual em dez sub-regiões fisiográficas, às quais correspondem dez superintendências administrativas coordenadas pela Companhia de Desenvolvimento do Amazonas (Ciama). Os municípios do interior distribuem-se entre nove sub-regiões fisiográficas. Ao município de Manaus, que detém mais de 90% da renda e 67% da população estadual, corresponde uma sub-região fisiográfica, por sua vez dividida em nove regiões administrativas.

A dinamização do setor privado da economia no interior do Amazonas abre um grande leque de oportunidades para os investidores, em atividades potencialmente expressivas da economia local, entre as quais se destacam:



- turismo ecológico;
- pesca e piscicultura;
- fruticultura;
- agroindústria – madeira, fármacos, cosméticos, frutos tropicais, óleos vegetais, pescado, embutidos, couro vegetal;
- gás, petróleo e minérios.

A identificação de potencialidades econômicas e a sua conseqüente alavancagem com capital do Estado em composição com o capital privado (*joint-ventures*), embora promovida pelo Governo do Amazonas, às vezes com maior aporte de capital, será sempre gerenciada pelo parceiro privado.





**O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
E TECNOLÓGICO
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Embora a Zona Franca de Manaus tenha sido criada em 1967, somente em meados da década de 1970 é que o seu parque industrial começou a se estruturar. Nesse período, que coincide com a vigência do modelo de substituição de importações adotado pelo Governo brasileiro, eram comuns o fechamento da economia e as reservas de mercado. Entre 1976 e 1990, o parque industrial da Zona Franca de Manaus ficou obrigado ao cumprimento de índices mínimos de nacionalização e teve as suas importações contingenciadas. Essa exigência, embora restritiva à liberdade empresarial, proporcionou um acentuado crescimento do setor industrial, possibilitando o acesso a modernas tecnologias de ponta. Ao mesmo tempo, contribuiu para o desenvolvimento da indústria nacional de componentes e de outros insumos, localizada no centro-sul do país, especialmente em São Paulo. Em 1990, as empresas industriais da Zona Franca de Manaus alcançaram excelente desempenho, atingindo um faturamento de US\$ 8,4 bilhões e gerando 80 mil empregos diretos.

Em 1991, com a nova política industrial e de comércio exterior do Governo federal, que promoveu a abertura do mercado brasileiro às importações, a Zona Franca de Manaus teve que se adaptar à realidade emergente, reduzindo custos para poder enfrentar a concorrência dos produtos similares importados. A Zona Franca de Manaus atravessou, então, a sua pior crise. Em 1992, o faturamento do setor industrial reduziu-se a US\$ 4,5 bilhões e o número de empregos caiu para 38 mil. A indústria de componentes foi a mais sacrificada, com o fechamento de 18 empresas e a eliminação de 6 mil postos de trabalho.



Diante da nova ordem econômica, foram eliminadas as quotas de importação, substituindo-se o critério de índices mínimos de nacionalização pela prática do processo produtivo básico. Não obstante o elevado custo social representado pela queda dos níveis de emprego, o esforço de redução de custos e aumento de competitividade levou a maioria das empresas a conseguir expressivo êxito, em termos de faturamento, geração de emprego e elevação dos níveis de qualidade e produtividade. A partir de 1993 registrou-se franca recuperação da atividade industrial. Em 1994 as indústrias do setor atingiram um faturamento de US\$ 8,6 bilhões e o número de empregos elevou-se para mais de 60 mil. Atualmente, 32 empresas já são detentoras do certificado das normas técnicas da série ISO 9000, e 14 outras estão em processo de certificação. Agora, o parque industrial da Zona Franca de Manaus enfrenta novas dificuldades, diante das recentes medidas adotadas pelo Governo federal para equilibrar a balança comercial, que resultaram na instituição de novo contingenciamento às importações.

A produção industrial da Zona Franca de Manaus está concentrada maciçamente no pólo eletroeletrônico, que responde por 65% do faturamento total. Em 1994, sete segmentos industriais responderam por 85% do faturamento total: eletroeletrônico, duas rodas, isqueiro/canetas, relojoeiro, químico, brinquedos e termoplástico.



SETOR INDUSTRIAL

FATURAMENTO

Ano	US\$ bilhão
1985	2,7
1986	4,3
1987	4,8
1988	5,5
1989	7,0
1990	8,4
1991	6,0
1992	4,5
1993	6,6
1994	8,6

MÃO-DE-OBRA EMPREGADA

Ano	Mão-de-obra
1990	79.926
1991	60.816
1992	38.163
1993	42.925
1994	60.300



PRINCIPAIS PRODUTOS FABRICADOS NA ZONA FRANCA DE MANAUS

PRODUTOS	1990	1991	1992	1993	1994
TV em cores	2.200	2.641	1.898	3.325	5.023
Vídeocassete	635	679	492	828	1.503
Vídeogame	557	791	528	848	512
Aparelho 3 em 1	1.737	1.585	903	1.889	2.453
Toca Disco	125	194	235	409	1.034
Rádio Portátil	425	78	30	5	396
Rádio Gravador	1.164	761	320	759	1.598
Gravador Portátil					
Auto Rádio com e sem Toca Fita	632	520	514	553	1.034
Telefone	549	395	213	349	710
Forno Microondas	215	154	175	421	523
Motocicletas, Motonetas	289	123	82	83	145
Bicicletas	91	93	128	436	856
Isqueiro	104.425	110.956	92.236	97.564	149.472
Caneta e Lapiseira	223.068	385.815	387.741	283.194	303.695
Aparelho de Barbear	373.400	428.352	472.032	529.368	571.343
Micro Computador	5	2	13	59	112
Fita Cassete	43.837	40.990	39.808	91.613	139.450
Fita de Vídeocassete	14.441	10.273	11.109	21.930	30.249
Relógio (pulso e bolso)	9.358	7.497	5.019	8.806	8.824
Lente (pares)	6.821	5.953	5.217	8.487	7.508

Fonte: SUFRAMA



DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A questão tecnológica é essencial em qualquer política de desenvolvimento industrial. As universidades e os centros de pesquisa constituem o foco gerador da produção de conhecimento, mas não há ainda no Brasil, e particularmente na Amazônia, um sistema de educação satisfatório que possa aproveitar o potencial intelectual da população para gerar o conhecimento indispensável à produção de tecnologias de produto e de processo.

Os Estados Unidos, o Japão e alguns países da Europa detêm praticamente o monopólio das tecnologias de produto, que resultam de pesquisas básicas, restritas a um pequeno número de países com educação superior avançada. Essas tecnologias correspondem a um fluxo de produção intelectual decorrente do acúmulo de conhecimentos e de sua aplicação para satisfazer necessidades humanas. A Coreia do Sul, que investiu maciçamente na formação de recursos humanos e hoje tem o maior índice mundial de PhD's, relativamente ao número de habitantes, mostra que os países em desenvolvimento que elegem como prioridades o trinômio educação, ciência e tecnologia podem ingressar nesse clube fechado.

A Zona Franca de Manaus adquiriu, no entanto, ponderável experiência em tecnologias de processo. Devido a qualidade da mão-de-obra local devidamente treinada, muitas empresas do parque industrial da Zona Franca dominam completamente essas tecnologias, exibindo performances de produção não raras vezes superiores às dos países detentores da tecnologia original.

O objetivo de criar um parque industrial com significativa base tecnológica foi plenamente atingido pela Zona Franca de Manaus.



Entretanto, diante dos novos tempos que o Brasil e o mundo atravessam, esse modelo de desenvolvimento deverá estruturar-se para aumentar sua escala de produção industrial, otimizar o perfil da demanda de seus produtos e ampliar sua participação no mercado externo. Para atingir esses objetivos, deverá ser estimulada a incorporação de novos investimentos à atividade industrial da Zona Franca de Manaus, inclusive investimentos internacionais, incorporando segmentos que, por sua natureza, permitam a absorção de tecnologias de processo e mão-de-obra especializada em investimentos modernos que incluam produtos de alta densidade tecnológica, elevado valor unitário e rápidos câmbios na tecnologia de produto.

Em paralelo às perspectivas de desenvolvimento industrial situam-se duas outras vertentes de significativa importância para a consolidação do modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus: um planejamento de longo prazo que considere investimentos em infra-estrutura para o comércio exterior e o desenvolvimento do turismo, levando em conta a sua característica de forte gerador de divisas, num instante em que o tema ecologia assume destaque mundial. A conjugação dessas alternativas pressupõe a formulação de um amplo programa de formação e desenvolvimento de recursos humanos e o fortalecimento das instituições regionais de ensino e pesquisa.



INCENTIVOS FISCAIS

Na forma do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Zona Franca de Manaus tem uma área de 10 mil km², localizada às margens dos rios Negro e Amazonas, que abrange a cidade e quase todo o município de Manaus, ocupando um território que corresponde a cerca de 25% da superfície do Estado do Rio de Janeiro. Para efeito de desenvolvimento regional, entretanto, a Zona Franca de Manaus abrange toda a Amazônia Ocidental, cuja área é de 2,19 milhões de km², equivalente a 26% do território brasileiro.

Instituída por um prazo de 30 anos, marcado para terminar em 1997, a Zona Franca de Manaus teve a sua existência garantida pela Constituição Federal até o ano 2.013, mantendo suas características de área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais.

Com a Zona Franca de Manaus, o Governo brasileiro instituiu um esquema de estímulos fiscais que incentivam a produção. A expectativa do direito aos incentivos concedidos com a aprovação dos projetos econômicos somente se materializa após sua implantação e efetivo funcionamento. A Zona Franca não subsidia, portanto, o fator capital. Sem os riscos das distorções produzidas pelos subsídios financeiros, a política de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus tem características inovadoras, condizentes com o sistema da livre iniciativa, deixando aos próprios empresários a escolha dos segmentos para exploração industrial. Essa liberdade proporcionou alocação mais eficiente de recursos, por levar em conta fatores limitativos resultantes das distâncias dos mercados de consumo e de matérias-primas e variações das alíquotas de IPI e de Imposto de Importação dos produtos previamente selecionados para industrialização.



Os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, sumariamente discriminados a seguir, foram criados para atrair investimentos em direção à Amazônia Ocidental, cujo centro geográfico de maior expressão urbana é Manaus, e estão definidos no Decreto-Lei n.º 288/67 e legislação complementar:

- Isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidente sobre as mercadorias produzidas ou industrializadas na Zona Franca de Manaus.
- Isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidentes sobre as mercadorias de origem nacional destinadas ao consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus ou reexportação para o estrangeiro.
- Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) incidentes nas mercadorias estrangeiras entradas na Zona Franca de Manaus, com exceção de carros de passageiros, bebidas alcóolicas, fumo, perfumes, armas e munições.
- Dedução de 8% da alíquota do Imposto de Importação sobre a matéria-prima importada destinada à industrialização, por ocasião da venda dos produtos industrializados para outras localidades brasileiras. Para os produtos considerados bens de informática, a redução é obtida utilizando-se a fórmula do Coeficiente de Redução da Alíquota (CRA), que envolve insumos nacionais e importados e mão-de-obra direta, incluindo encargos sociais.
- Isenção de IPI para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.



A esses incentivos federais, específicos da Zona Franca de Manaus e administrados pela Suframa, somam-se os incentivos administrados pela Sudam (isenção de Imposto de Renda). Para complementar o elenco de incentivos federais, o Governo do Estado do Amazonas concedeu favores fiscais na área do ICMS, representados por restituições de até 100% do imposto devido, além de créditos fiscais sobre compras de matérias-primas em outros estados brasileiros (Lei n.º 1.605, de 25 de junho de 1983, Lei n.º 1.699, de 13 de setembro de 1985, Lei n.º 1.320, de 30 de dezembro de 1988, Lei n.º 1.939, de 27 de dezembro de 1989 e legislação complementar).

INCENTIVOS FISCAIS

Incentivos	Legislação
Governo Federal	IP e II – Decreto-Lei N.º 288/67 e legislação complementar (SUFRAMA) Imposto de Renda – para toda a Amazônia (SUDAM)
Governo Estadual	ICMS – Restituição (45%, 55%, 100%) Lei N.º 1.605/833 e legislação complementar
Governo Municipal	ISS – Decreto Lei N.º 288/67 – Lei Municipal N.º 188 3/86 e alterações subsequentes



LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

No elenco de medidas relacionadas ao transporte, as ligações rodoviárias com outros países amazônicos e com os mercados do hemisfério norte são estratégicas para a consolidação da Zona Franca e para o desenvolvimento integrado da economia local. O Governo do Amazonas está reconstruindo e asfaltando, com recursos próprios, a rodovia BR-174, do Km 0, em Manaus, até Km 255, na divisa com Roraima, e vai realizar também as obras de reconstrução da Rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, no Estado de Rondônia.

A Rodovia BR-174 estende-se de Manaus até a fronteira do Brasil com a Venezuela, possibilitando o acesso aos mercados do Caribe, América do Norte e Europa. A BR-319 viabiliza a ligação com os mercados do Pacífico, através do Peru. Essas duas rodovias desempenharão, também, papel preponderante no desenvolvimento da economia do 3.º Ciclo, voltada para a implantação de empreendimentos dedicados à utilização de recursos naturais, tais como indústria extrativa madeireira e mineral, agroindústria e ecoturismo, e deverão complementar o transporte hidroviário em direção aos portos oceânicos da América, Europa e Pacífico.

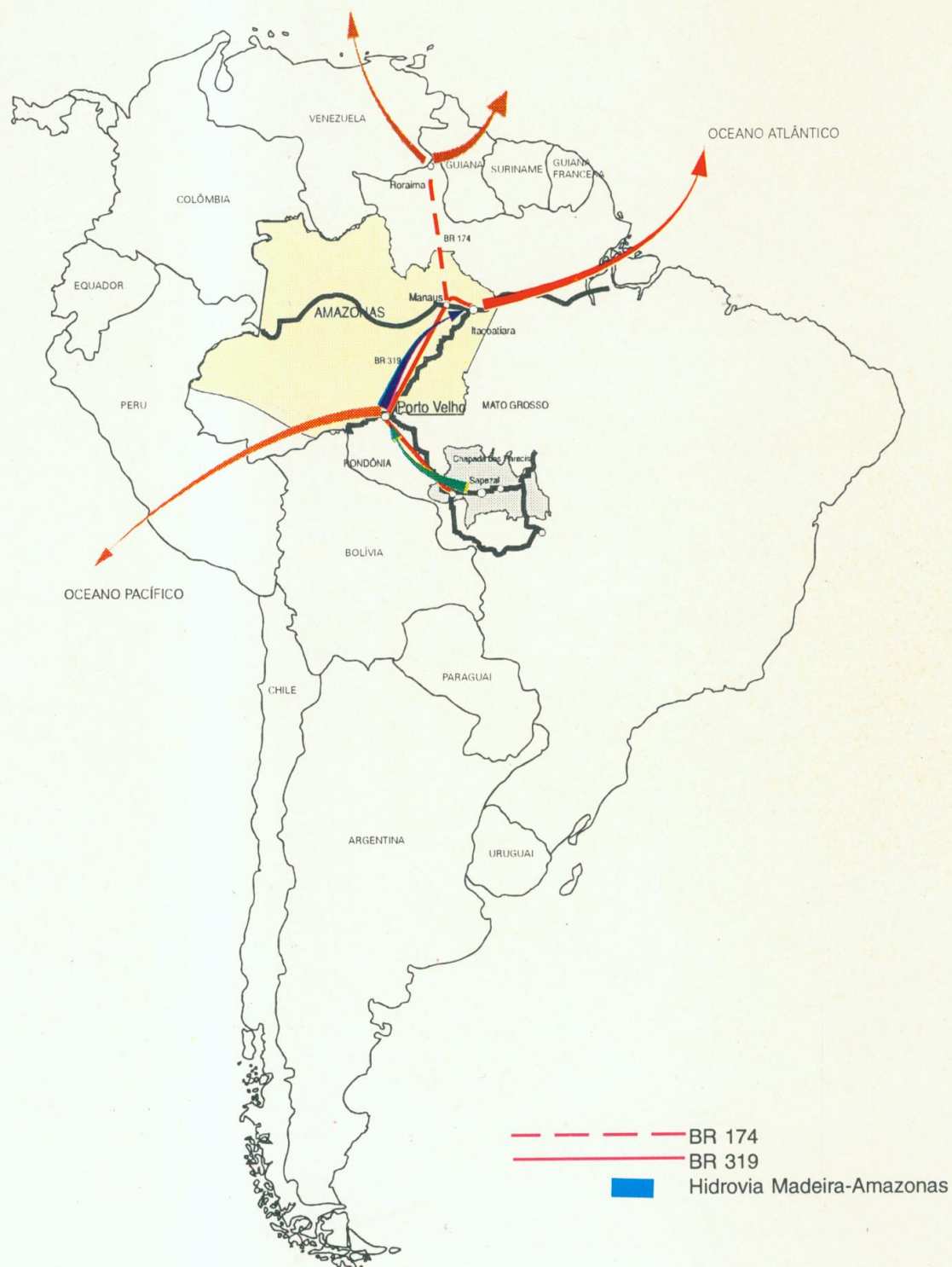
O Governo do Amazonas acaba de assinar contrato para iniciar imediatamente a construção de um terminal portuário misto em Itacoatiara, município amazonense localizado na calha do rio Amazonas, em parceria com um grupo empresarial de grande porte. O porto, que será administrado pelo investidor privado, ocupará uma área de 150 mil metros quadrados, com capacidade para armazenar até 70 mil toneladas de grãos. Fará parte de um grande projeto intermodal de transportes, com o objetivo de dar maior



economicidade ao escoamento de grãos destinados à exportação, produzidos em áreas de Mato Grosso e Rondônia que se situam na Chapada dos Parecis (região Centro-Oeste). A produção será transportada por rodovia até Porto Velho (Rondônia), onde também está sendo construído um terminal portuário, e em seguida ingressará na hidrovia Madeira – Amazonas, chegando até o Porto de Itacoatiara. Daí, será transbordada para navios de longo curso, com destinos aos portos dos Estados Unidos, Europa e Ásia.



INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTES





**A PROMOÇÃO DO TURISMO
NO ESTADO DO AMAZONAS**

O TURISMO NO AMAZONAS

A Amazônia é o espaço do futuro.

O exotismo da natureza, quase intocada, representado pela floresta exuberante, cortada pelos rios imensos, caudalosos, exerce fascínio irresistível sobre os habitantes de outros países, desejosos de conhecer a maior reserva tropical do planeta, os seus mistérios, as suas lendas, o seu ecossistema complexo. A Organização Mundial de Turismo – OMT prevê um incremento de 128 milhões de turistas para as Américas, até o ano 2.000, e revela que o turismo de natureza alcançará os mais elevados índices de crescimento durante os anos 90 e início do século 21.

O desempenho do setor no Amazonas vem confirmando essa previsão. Em 94, o Estado recebeu 266 mil turistas, entre os quais 66 mil estrangeiros interessados em conviver com a natureza, oriundos principalmente dos Estados Unidos, Alemanha e Espanha. Os alojamentos de selva registraram a presença de 51 mil turistas, o que representa um incremento de 50,9% em relação a 93 e de 165,7% em relação a 92.

O turismo é uma das atividades econômicas potencialmente mais promissoras do Amazonas, que detém a maior extensão de área natural preservada e reúne as melhores possibilidades de capitalizar esse imenso patrimônio e transformá-lo em grande fonte de riqueza. Para alcançar esse objetivo, o Governo do Amazonas priorizou a execução de quatro programas que se destinam a:

- promover o "Produto Amazonas" em segmentos específicos de mercado, priorizando o mercado internacional;
- fortalecer a infra-estrutura turística, capacitando recursos humanos, dinamizando e modernizando os serviços de receptivo



- ao turista e reativando espaços institucionais;
- fomentar e captar investimentos;
 - interiorizar o turismo.

O Estado do Amazonas está criando condições estruturais para competir internacionalmente como um dos destinos mais atrativos do turismo ecológico. Para alcançar esse objetivo, identificam-se os seguintes marcos referenciais:

- Dotar a cidade de Manaus e os demais municípios que integram o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, de infraestrutura básica e de equipamentos turísticos essenciais ao desenvolvimento do setor.
- Assessorar os empresários na ampliação e melhoria do receptivo turístico.
- Fomentar, promover e captar novos investimentos para o Estado.
- Incrementar o fluxo turístico para o Amazonas, através de uma promoção no âmbito nacional e internacional, direcionada a cada segmento de mercado, fundamentada em estudos e pesquisas do perfil do turista.
- Incentivar e apoiar as manifestações populares que valorizam a cultura amazônica e têm interesse turístico.
- Criar condições básicas de desenvolvimento sócio-econômico no interior, através do incentivo à atividade turística.



COMPLEXO TURÍSTICO DE MANAUS

Manaus, a capital do Amazonas, depois de marcar a história da borracha e da Zona Franca, será a sede de um grande projeto turístico que transformará todo esse potencial em produto turístico real. O Governo federal deu o primeiro passo nesse sentido quando construiu em Manaus, há 20 anos, o mais moderno aeroporto internacional da Amazônia. Agora, o Governo do Amazonas, com o apoio da Suframa, chamou a si a tarefa de estudar a viabilidade de um complexo turístico capaz de explorar o potencial da região, atrair o capital estrangeiro e gerar empregos e divisas; com o cuidado de preservar o equilíbrio ecológico.

O objetivo do projeto é implantar o Complexo Turístico de Manaus, viabilizando o potencial turístico da floresta amazônica e promovendo a integração de diversos segmentos do setor. Aliás, a experiência internacional vem demonstrando tecnicamente a eficácia das iniciativas integradas, a exemplo dos complexos Disney, na Flórida, e Cancun, no México, onde em apenas dez anos foram construídos mais de 20 mil apartamentos em hotéis e condomínios.

Os estudos realizados abrangem desde os impactos ambientais da implantação do projeto até os procedimentos indispensáveis para torná-lo atrativo às grandes cadeias internacionais, estudos de mercado, custos de implantação, geração de empregos, renda, divisas e demais aspectos que nos autorizam a apresentá-lo como alternativa econômica complementar à Zona Franca de Manaus. O estudo dos impactos ambientais apontou a região que compreende as duas margens do rio Negro, à altura do arquipélago de Anavilhanas, como a localização mais indicada, levando em consideração a proximidade de Manaus e os atrativos do seu



ecossistema. Para assegurar a viabilização do empreendimento, evitando a ocupação desordenada ou predatória da área escolhida, os técnicos recomendaram como condição imprescindível a criação de uma área de proteção ambiental e do Parque Estadual do Rio Negro (Decreto n.º 16.497 e Decreto n.º 16.498, de 2 de abril de 1995), integrando, ao norte, o Parque Nacional do Jaú e a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, e, no centro, a Estação Ecológica de Anavilhanas, em vias de transformação em parque nacional, com permissão para visitação de turistas.

O Complexo Turístico de Manaus ocupará uma área de aproximadamente 51 mil ha, cercada de floresta nativa, com flora e fauna preservadas, dentro do Parque Estadual do Rio Negro, que ocupa uma área total de 436 mil ha, tendo como fase inicial a criação de um núcleo capaz de apoiar a diversificação de investimentos, e será formado por oito parques temáticos e cinco setores hoteleiros. A estrutura disporá dos mais modernos sistemas de comunicação, hotéis e alternativas de lazer, capazes de atender a um grande número de turistas e, assim, criar condições para a geração de 284 mil novos empregos diretos e indiretos.

PARQUES TEMÁTICOS

O circuito dos parques temáticos é o fundamento do projeto. Sua principal atração turística é o ecossistema amazônico, apresentando mostra significativa da flora, fauna e etnia da região, em habitat natural e em nichos ecológicos sob a forma de oito parques temáticos vivos, entre os quais se destacam:

- **Planeta Terra** – apresentação dinâmica da evolução de ciclos



climáticos e geológicos da recuperação da floresta tropical após a idade do gelo, mostrando a diferença biológica após a separação dos continentes e as mudanças no nível do mar.

- **Os Povos da Floresta** – sua evolução na Amazônia, equiparada à de outros povos.
- **Da Amazônia Aquática** – gigantescos aquários com simuladores de tormentas tropicais periódicas mostram a variedade de espécies representativas do Rio-Mar, incluindo espécies marinhas que têm penetrado no Amazonas.
- **Dos Animais da Floresta** – transportes por monovias teleféricas junto à copa das árvores permitem apreciar as aves, mamíferos e répteis, além de inúmeros aviários naturais.
- **Jardins Botânicos da Floresta Tropical** – mostram a vida e as *relações dinâmicas entre os diversos componentes das estâncias.*

Os parques temáticos representam para o empreendedor a garantia de fluxo constante de público nos empreendimentos hoteleiros. Além dos parques temáticos, o complexo abriga investimentos que vão da hotelaria convencional, projetada em 21,6 mil unidades habitacionais, até os alternativos *lodges* de selva, com previsão para 10,8 mil unidades habitacionais, e apresenta alternativas de uso da área para atividades de lazer, aventura e investigação.

Os empreendimentos serão agrupados em sistema de vilas turísticas, podendo surgir em cada aglomerado um setor de comércio e serviços que completará o ciclo iniciado com a criação dos parques temáticos e consolidado com o estabelecimento de atividade econômica significativa. Simultaneamente à implantação dos primeiros parques temáticos, será construído um módulo-âncora



com 3 mil unidades habitacionais de *lodges* de selva, para que o complexo possa se desenvolver de forma equilibrada.

O acesso ao complexo turístico será feito por um sistema de monotrilha. Partindo do aeroporto internacional de Manaus, portão de entrada do complexo, o sistema será articulado com o transporte urbano convencional. Esse sistema permitirá a eficiência do transporte ao longo de 50 km de linha e garantirá a correta utilização da terra, obedecendo os parâmetros de preservação e impacto ambiental que constituem o suporte de todo o projeto.



COMPLEXO TURÍSTICO DE MANAUS

CUSTOS ESTIMADOS

ITENS	UNIDADES	MÓDULO ÂNCORA (1)	COMPLEXO TOTAL (2)
I. Investimento Total	US\$ mil	580,00	1.500,000
Investimento Público	US\$ mil	(3)190,000	(4)280,000
Investimento Privado	US\$ mil	390,000	1.220,000
II. Geração de Empregos Totais	Emprego	40,000	284,000
Empregos Diretos	Emprego	8,400	59,600
Empregos Indiretos	Emprego	31,600	224,400
III. Incrementos à Renda Nacional	US\$ mil	1.850,000	4.800,000
IV. Geração de Divisas	US\$ mil	383,000	1.550,000
V. Geração de Receitas Fiscais	US\$ mil	568,000	2.300,000

Notas:

- (1) Módulo Âncora – A ser implantado em zonas com:
3.000 UH hoteleiras classificadas/1.500 UH de Lodges de Selva
- (2) Complexo Total – A ser implantado em 7 anos a partir da implantação do Módulo Âncora com:
21.600 UH hoteleiras classificadas/10.800 UH de Lodges de Selva
- (3) Representa 32,7% do investimento total.
- (4) Representa 18,6% do investimento total.



FINANCIAMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA

Programa de Financiamento	Itens Financiáveis	Participação no Investimento	Prazo de Pagamento	Taxas de Juros Atualização	Limite de Crédito	Agente Financeiro
FNO	Turismo Ecológico através do PRODETUR, financiamento fixo e/ou misto. Turismo Regional-financia investimento e ativo fixo tais como: obras de infra-estrutura hoteleira e pequenos empreendimentos turísticos e meios de transportes ligados à atividade.	50% a 100% do investimento total, de acordo com o porte da Empresa	Amortização: até 10 anos Carência: até 2 anos	8% a.a. mais reajuste monetário (TR ou Similar)	Micro Empresa até R\$ 250.000,00 Pequena Empresa até R\$ 500.000,00 Média Empresa até R\$ 1.200.000,00 Grande Empresa até R\$ 3.000.000,00	BASA
BNDES PAI	Implantação ou expansão de Parques Temáticos, implantação, expansão e recuperação de Parques Ecológicos; Restaurantes e Casas de Espetáculo; Equipamentos para esportes náuticos e aeronáuticos; embarcações turísticas; recuperação de equipamentos e prédios históricos para fins turísticos; implantação ou expansão de centro de convenções; ônibus e micro-ônibus; participação e/ou expansão de escolas destinadas à qualificação de mão-de-obra para o setor; marinas; hotéis e alojamento de selvas e resorts.	75%	Prazo Total: 5 anos Carência: 1 ano	Spread/Porcent. a.a. Enc. BNDES: 3,5% Taxa de Risco: 2,5% (TJLP = 24,73%)	Limite por Unidade Habitacional Hotel 5 Estrelas: R\$ 10 mil Hotel 4 Estrelas: R\$ 7 mil Hotel 3 Estrelas: R\$ 5 mil Hotel 1 ou 2 Estrelas: R\$ 3 mil	Agências Cred. pelo BNDES
BNDES Automático	Financiamentos dos Investimento fixos, tais como: construção civil, material e instalações; pesquisa e desenvolvimento tecnológico, conservação de energia e meio ambiente, aquisição de máquinas e equipamentos novos, embarcações e outros materiais de transportes, agricultura, turismo, etc.	80%	Prazo Total: 8 anos Carência: 1 ano	Enc. BNDES: 0,5% Taxa de Risco: 3,5% (TJLP)	Até R\$ 3 milhões	Agências Credenciadas pelo BNDES
FINEM	Financiamento de operações de investimento fixo e de capital de giro associado de valor superior a R\$ 1.000.000,00	80% a 90%	Prazo Total: 10 anos Carência: a contar de seis meses do início da op. do empenh.	Encargos: 2,0% Taxa de Risco 2,5% (TJLP)	—	Agências Credenciadas pelo BNDES
FINAME Automático Especial PAI	Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos novos fabricados no País e cadastrados na FINAME.	70% e 90%	—	Encargo: 1,0% a 2,5% Taxa de Risco: 2,0% (TJLP)	—	Agências Credenciadas pelo BNDES
FUGENTUR	Ampliação e/ou reforma de construção civil e restauração de imóveis, máquinas e equipamentos; veículos e instalações elétricas e hidráulicas, móveis e utensílios; treinamento de pessoal e assistência técnica.	até 65%	Prazo Total: até 10 anos Carência: 3 anos	8% a 10% a.a. (TR ou Similar)	Piso Mínimo R\$ 30.000,00	Bancos de Desenv. e Banco do Brasil
FMPE	Barcos; Máquinas e micro-computadores e capital de giro.	até 90%	Prazo Total: até 4 anos Carência: 3 a 12 meses	4% a 6% a.a. (TR ou Similar)	Micro Empresa até 50.000 UFIR Pequenas Empresas 100.000 UFIR	BEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

SECRETÁRIO

Endereço: Governadoria do Estado do Amazonas – Rodovia Vital de Mendonça, Km 9

Telefone (092) 645 3498 — Fax (092) 645 3416

Manaus – Amazonas

SECRETARIA PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO - SEPD

YEDA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA

Endereço: Rua Capitão Antônio Rosa, 376 – 10.º andar, Conj. 101 – Jardim América

Telefones (011) 883 5114 – 852 8299 — Fax (011) 853 4521

CEP 01443-010

São Paulo – São Paulo

Projeto Gráfico e Produção Editorial:
NORMA PROPAGANDA & MARKETING

Impressão:
GRAFIMA - GRÁFICA INDUSTRIAL DE MANAUS LTDA.